



Relatório da Administração

Os administradores do Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("ISPB" ou "Banco") submetem ao conhecimento de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, em moeda nacional ("Reais" ou "R\$"), seguidas do relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, inerentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras apresentadas atendem na sua íntegra às normas do Banco Central do Brasil ("Bacen") e refletem a estrutura societária do ISPB no exercício de 2025. **Evolução dos números:** Em 31 de dezembro de 2025, o total de ativos atingiu R\$4.332,40 milhões. Os ativos totais do Banco estão representados substancialmente por instrumentos financeiros, no montante de R\$4.363,93 milhões, sendo R\$3.934,38 milhões ao custo amortizado, R\$327,55 milhões ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e R\$57,22 milhões ao valor justo no resultado. O Banco alcançou o total de R\$23,89 milhões de patrimônio líquido chegado a R\$1.206,18 milhões. **Gerenciamento de Risco:** O Banco mantém estruturas que controlam e monitoram os riscos inerentes às suas atividades em conformidade com as normas emitidas pelo regulador local. Em atendimento ao estabelecido pelo Banco Central do Brasil, as estruturas de gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, gerenciamento de capital e a divulgação das informações requeridas na Circular nº 3.878/13 - Art. 18 § 3º, estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <http://www.intesa-sanpaolo.com.br> que não faz parte dessas demonstrações financeiras. **Agradecimentos:** O INTESA SANPAOLO BRASIL S.A. - Banco Múltiplo agradece aos seus colaboradores, clientes e acionistas pela parceria. São Paulo, 27 de março de 2026 **A Diretoria**

Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Disponibilidades	4	4.067	5.221
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		57.221	57.221
Instrumentos financeiros derivativos	7	57.221	57.221
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		372.334	372.334
Títulos e valores mobiliários	6	372.334	372.334
Ativos financeiros ao custo amortizado		3.934.378	3.934.378
Depósito voluntário remunerado no banco central	4	916.076	916.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.018.112	2.018.112
Operações de crédito	8	997.322	997.322
Rendas a receber	11a	2.858	2.858
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.iv	(85.740)	(85.740)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(85.740)	(85.740)
Ativos fiscais		43.383	43.383
Diferidos	10	43.383	43.383
Impostos e contribuições a compensar		77	77
Diversos Ativos		1.777	1.777
Outros	11.b	1.777	1.777
Imobilizado de uso		4.622	4.622
Imobilizações de uso	12.a	4.622	4.622
(Depreciações Acumuladas)		(4.192)	(4.192)
Intangível		84	84
Ativos intangíveis	12.b	84	84
(Amortizações Acumuladas)		(657)	(657)
Total do ativo		4.332.396	4.332.396

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		238.784	238.784
Instrumentos financeiros derivativos	7	238.784	238.784
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.776.855	2.776.855
Depósitos	13	84.011	84.011
Obrigações por empréstimos e repasses	13	2.688.608	2.688.608
Operações de arrendamento mercantil - Resolução CMN nº 4.975	12.a	4.236	4.236
Obrigações fiscais		38.895	38.895
Obrigações fiscais diferidas	10	4.927	4.927
Obrigações fiscais correntes	15	33.968	33.968
Provisões		5.286	5.286
Contingências	20.b	737	737
Provisões para garantias prestadas	22	4.549	4.549
Outros Passivos		66.396	66.396
Juros sobre o capital próprio	16	56.149	56.149
Diversos	14	10.247	10.247
Patrimônio líquido		1.206.180	1.206.180
Capital social	16.a	1.058.137	1.058.137
Outros resultados abrangentes		(278)	(278)
Reserva legal		21.122	21.122
Outras reservas de lucros		127.199	127.199
Total do passivo		4.332.396	4.332.396

Demonstrações do resultado - Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Receitas da intermediação financeira		284.744	802.670
- Operações de crédito		41.037	111.688
- Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		30.938	56.504
- Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	154.177	290.462
- Resultado de operações de câmbio	9	3.265	260.633
- Receita com depósitos junto ao Banco Central		55.327	83.383
Despesas da intermediação financeira		(162.257)	(567.608)
- Operações de captação no mercado		(7.169)	(14.596)
- Empréstimos e repasses		(17.384)	(136.729)
- Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.i	(83.704)	(416.283)
- Variações cambiais, liquidez		(12.978)	(23.253)
- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.iv	(12.421)	11.658
Resultado bruto da intermediação financeira		97.088	223.367
Outras receitas/despesas operacionais		(24.374)	(49.920)
- Receitas de prestação de serviços		8.068	13.323
- Despesas de pessoal	19.a	(17.363)	(34.018)
- Despesas administrativas	19.b	(8.731)	(17.146)
- Despesas tributárias	19.c	(6.352)	(12.114)
- Outras receitas operacionais		4	52
- Outras despesas operacionais		(278)	(17)
Resultado não operacional		72.714	173.447
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		72.714	173.443
Imposto de renda e contribuição social	18	(15.911)	(47.585)
Corrente		(24.455)	(43.475)
Diferido		8.544	(3.713)
Participações estatutárias no lucro líquido do período		55.299	123.894
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		1.759	3.904
Quantidade de ações		31.730.205	31.730.205

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	2º semestre 2025	Exercício 2025
Lucro líquido do período	55.841	123.894
Itens não reclassificáveis para a demonstração do resultado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	528	1.319
Variação de valor justo	960	2.397
Efeito Fiscal	(432)	(1.078)
Total de outros resultados abrangentes do período	56.369	125.213

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Fluxo de caixa de atividades operacionais		86.298	(30.312)
Lucro líquido ajustado do período		55.841	123.894
Lucro líquido do período		936	1.911
Depreciações e amortizações	19.b	962	1.964
Participações estatutárias no lucro		13.227	11.582
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos		9.374	(376)
Ajuste ao valor justo de aplicações interfinanceiras de liquidez e operação de crédito	7.III.d	(6.744)	(14.640)
Ajuste de variação cambial não realizada		8.812	(146.732)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		12.421	(11.658)
Provisão para contingências		13	30
Ativo Fiscal Diferido		(8.544)	3.713
Variação de ativos/obrigações		224.257	(1.206.180)
(Aumento) de títulos e valores mobiliários		(20.137)	(45.703)
(Aumento) de depósitos interfinanceiros		4.234	(155.967)
Redução de operações de crédito		147.888	2.247.853
Redução de outros ativos		3.755	21.751
(Redução) de depósitos		(45.858)	(57.215)
(Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		110.679	(1.235.906)
Redução de instrumentos financeiros derivativos		6.368	405.488
Impostos pagos		(13.434)	(27.228)
Aumento de outros passivos		31.290	53.748
Disponibilidades líquidas proveniente das atividades operacionais		311.075	1.176.409
Fluxo de caixa de atividade de investimentos		(30)	(48)
(Aplicação) no imobilizado de uso		(30)	(48)
Disponibilidades líquidas proveniente das atividades de investimentos		(30)	(45)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		(5.621)	(9.909)
Juros sobre capital próprio		(5.621)	(9.909)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos		305.424	1.166.455
Aumento de disponibilidades		1.054.137	1.393.561
Caixa e equivalente de caixa no início do período		1.359.561	1.359.561
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	4	305.424	1.166.455
Aumento líquido de disponibilidades		305.424	1.166.455

Em 31 de dezembro de 2024
Aplicação inicial - Res. CMN nº 4.966 e Res.BCB nº 352
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (NE 24)
Efeitos tributários (NE 24)
Em 1º de janeiro de 2025
Aumento de capital (NE 16.b)
Outros resultados abrangentes
Lucro do período
Reserva legal
Outras reservas de lucros
Juros sobre o capital próprio (NE 16.c)
Em 31 de dezembro de 2025

Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reservas de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
1.015.481	42.656	18.330	111.623	(806)	1.187.284	4.332.396

Em 30 de junho de 2025
Aumento de capital (NE 16.b)
Outros resultados abrangentes
Lucro do período
Reserva legal
Outras reservas de lucros
Juros sobre o capital próprio (NE 16.c)
Em 31 de dezembro de 2025

Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reservas de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
1.015.481	42.656	18.330	111.623	(806)	1.187.284	4.332.396

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reservas de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2024	1.015.481	14.927	99.410	(1.597)	1.128.221	4.332.396
Aplicação inicial - Res. CMN nº 4.966 e Res.BCB nº 352	-	-	-	-	(43.369)	(43.369)
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (NE 24)	-	-	-	-	19.516	19.516
Efeitos tributários (NE 24)	-	-	-	-	(23.853)	(23.853)
Em 1º de janeiro de 2025	1.015.481	14.927	99.410	(1.597)	1.166.668	4.332.396
Aumento de capital (NE 16.b)	42.656	-	-	-	42.656	42.656
Outros resultados abrangentes	-	-	-	1.319	-	1.319
Lucro do período	-	-	-	-	123.894	123.894
Reserva legal	-	6.195	-	-	(6.195)	-
Outras reservas de lucros	-	-	93.846	-	(93.846)	-
Juros sobre o capital próprio (NE 16.c)	-	-	(65.057)	-	65.057	-
Em 31 de dezembro de 2025	1.058.137	21.122	111.623	(278)	1.206.180	4.332.396

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("Banco") localizado na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.327 - Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, é uma instituição financeira privada controlada pelo Intesa Sanpaolo S.p.A., com sede na Itália, e Intesa Sanpaolo Holding International S.A., com sede em Luxemburgo, constituído sob a forma de banco múltiplo, com objetivo de realização de operações bancárias, dentre as quais as operações no mercado de câmbio, atuando através das carteiras comerciais e de investimento. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. Em conformidade com o disposto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, segue sem apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referente ao exercício de 2025 e exercício anterior. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) - Demonstração de Fluxo de Caixa; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 24 - Evento Subsequente; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 41 - Resultado por Ação; e CPC 47 - Receita de contrato com cliente. Adicionalmente, o Bacen emitiu as Resoluções CMN nº 4.966/21, 5.019/22 e BCB nº 352/23, que tratam de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. Referidas normas entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022, sendo que os impactos provenientes de suas implementações estão descritos na nota explicativa nº 24. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2026. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** Moeda Funcional: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 e Resolução nº 4.817/20 do Banco Central do Brasil. **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas aos resultados pelo regime de competência, utilizando-se do método de Juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações cambiais, incidentes ou cancelamentos de operações. **Ativos e passivos financeiros:** Incluem também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento. **Caixa e equivalentes de caixa:** Ativo apresentado em conformidade com a Resolução CMN do 4.818/20 e CPC 03, e incluem disponibilidades em moeda nacional e investimentos realizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo líquido inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento e que não estão sujeitos a uma mudança significativa de seu valor de realização. **Instrumentos Financeiros:** O Banco classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados: • Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quando aplicável, e pelo resultado líquido, utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. As classificações de ativos financeiros dependem de: • Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e • As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros - Teste SPJ). Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco Intesa Sanpaolo Brasil representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Teste SPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamentos de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado. Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir: **Nível 1:** Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos líquidos. Incluem títulos públicos, proções compradas/vendas e futuros. **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão. **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. O Banco não reclassificou seus instrumentos financeiros no período. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período, e são classificados, na data de sua aquisição como valor justo no resultado, conforme a Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, do BACEN. As operações de swap são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado quando receita ou despesa pró-rata até a data do valor justo do balanço utilizando-se as técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado. As operações a termo de moeda são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado. As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa, no resultado do período. • O ganho ou perda inerente aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado sejam registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. • O ganho ou perda inerente aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a parcela efetiva seja registrada em contrapartida à adequada conta destacada no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" de risco de mercado ou II- Hedge de fluxo de caixa. Tanto os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" como os respectivos objetivos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, desde que: • O ganho ou perda inerente aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado sejam registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. • O ganho ou perda inerente aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a parcela efetiva seja registrada em contrapartida à adequada conta destacada no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" de risco de mercado. **Provisões para perdas associadas ao risco de crédito:** O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os seguintes ativos financeiros: • Aplicações interfinanceiras de liquidez; • Títulos e valores mobiliários; • Operações de crédito; • Outros créditos com características de operações de crédito; e • Garantias financeiras prestadas. O Banco utiliza o seguinte procedimento "SA", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Banco para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito: • Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. • O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 da Resolução BCB nº 352/23. • Ativos financeiros inadimplidos: refere-se aos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e de juros. • O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 da Resolução BCB nº 352/23, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas. • Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arcaicas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 da Resolução BCB nº 352/23. Para as aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e garantias financeiras prestadas, o Banco utiliza metodologia interna de perda esperada. O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros: • Probabilidade de Descumprimento - PD; • Perda Dado o Descumprimento - LGD; e • Exposição no Descumprimento - EAD. O registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operacional com transferência substancial dos riscos e benefícios, devem ser observados os seguintes procedimentos: a) o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado do título contábil utilizado para registro da operação original; b) o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada. **Baixa de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contabilmente ou liquidada. **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** O ativo financeiro é caracterizado como "Ativo Problemático", quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Uma operação é considerada reestruturada sempre que ocorrer uma renegociação que implique na concessão de vantagens à contraparte, seja em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador. **Operações em moeda estrangeira:** As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período. **Imobilizado de uso:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas deprec

Valor | Terça-feira, 31 de Março de 2026

★ continuação	Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 da INTESA SANPAOLO BRASIL S.A. - Banco Múltiplo (Valores expressos em milhares de reais)
----------------------	--

tiva de recuperação desses créditos serão tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras futuras.
Projeção

	dez/26	dez/27	dez/28	dez/29	dez/30	Total
Ativos fiscais correntes e diferidos	16.227	1.235	598	9.360	15.886	43.306
Obrigações fiscais diferidas	(4.297)	—	—	—	—	(4.297)
Total	11.930	1.235	598	9.360	15.886	39.009

O valor presente dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2025, é estimado em R\$23.636, utilizando-se a taxa média de custo de captação definida no mercado interbancário.
11. Outros Ativos: a) **Rendas a Receber**

Comissão sobre garantias prestadas

Comissão de estruturação

Total

Circulante

b) **Diversos:**

Adiantamentos e antecipações salariais

Devedores por depósitos em garantia

Despesas antecipadas

Depósitos no Banco Central - Microfinanças

Adiantamentos por conta de imobilizações

Outros

Total

Circulante

12. Imobilizado e Intangível: a) **Imobilizado de uso:**

	dez/25	Valor Líquido
Móveis e utensílios	774	(766)
Máq. e equip. proc. dados	1.485	(1.139)
Outros equipamentos	161	(159)
Equipamentos de telefonia	512	(481)
Veículos - Res. CMN 4.975 (i)	640	(232)
Imóveis - Res. CMN 4.975 (i)	5.242	(1.415)
Total	8.814	(4.192)

(i) Em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com a Resolução CMN 4.975/21, o Banco tinha registrado ativos de direito de uso, no montante de R\$ 5.882 e passivo de arrendamento no montante de R\$ 4.236. Os ativos estão sendo amortizados pelo prazo dos contratos. Os passivos de arrendamento estão sendo atualizados pela taxa de juros de 9,88% a 12,97%.

b) **Intangível:**

	dez/25	Valor Líquido
Aquisição e Desenvolvimento de Sistemas	741	(657)
Total	741	(657)

13. Captações: As composições dos saldos das captações e seus vencimentos estão assim demonstradas:

	dez/25	Total
	Sem vencimento	Até 30 dias
Depósitos	2.577	10.704
À vista	2.577	—
Prazo	—	10.704
Empréstimos no exterior	—	658.762
Exportação	—	58.651
Resolução 4131	—	600.111
Importação	—	—
Repasses do exterior	—	29
Total	2.577	669.466
Circulante	—	—
Não Circulante	—	—

Os empréstimos e repasses no exterior são realizados com a controladora e entidades ligadas ao Banco, e possuem taxas de até 5,28% ao ano, com vencimento até outubro de 2027. As obrigações estão sujeitas à variação cambial (Dólar e Euro).
14. Outros Passivos - Diversos: Os Outros Passivos - Diversos, em 31 de dezembro de 2025, estavam assim demonstradas:

	dez/25
Gratificações e participações a pagar	4.059
Provisões de despesas com pessoal e conselho de administração	2.740
Garantias prestadas - Riscos decorridos	1.584
Serviços de tecnologia - Ligadas	641
LC Importação - Riscos decorridos	435
Fornecedores	360
Outras	428
Total	10.247
Circulante	10.247

15. Obrigações fiscais e previdenciárias: As obrigações fiscais e previdenciárias, em 31 de dezembro de 2025, estavam assim demonstradas:

Provisão para IRPJ e CSLL sobre lucros a pagar

IR s/juros sobre capital próprio

Impostos e contribuições sobre salários

PIS e COFINS a recolher

ISS a recolher

IOF a recolher

Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros


Outros

Total

Circulante

16. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** O capital social, em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado está representado por 31.730.205 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$1.058.137. b) **Aumento de capital:** Em 23 de abril de 2025, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi deliberado o aumento do capital social através da capitalização de JCP a pagar anteriormente deliberado no valor de R\$42.656 com emissão de 1.155.994 novas ações, passando o capital social de R\$1.015.481 para R\$1.058.137. Tal aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 1º de julho de 2025. c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado na forma da lei, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos/provisionados a título de juros sobre capital próprio os valores demonstrados no quadro abaixo, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95.

	dez/25
Período	Juros sobre o capital próprio
Primeiro trimestre de 2025	14.292
Segundo trimestre de 2025	14.292
Terceiro trimestre de 2025	14.292
Quarto trimestre de 2025	23.181
Total	66.057

	dez/25
Período	Redução da despesa com o imposto de renda e da contribuição social
Primeiro trimestre de 2025	6.431
Segundo trimestre de 2025	6.431
Terceiro trimestre de 2025	6.431
Quarto trimestre de 2025	10.431
Total	29.726
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil	
	Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 31/03/2026
	A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
	https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/31/INTESA%20SANPAOLO%1588522531032026.pdf
	Hash: 177490728163c94b98a86f41de81f5aa0f90713fd6

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, respeitando os limites impostos pela Resolução CMN nº 4.885/20. Sobre o montante total de juros sobre o capital próprio pago/provisionado é recolhido 15% a título de imposto de renda retido na fonte. e) **Reservas de lucros:** Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco destinou, o montante de R\$6.195 para reserva legal. Outras Reservas de lucros - Os saldos de lucros acumulados são transferidos para a conta de outras Reservas de Lucros ficando à disposição da Conselho de Administração, que poderá mantê-la, até o limite 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco. f) **Lucro por ação:** O lucro básico e diluído por ação é calculado em conformidade com o CPC 41 - Resultado por ação. O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado do Banco. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação. Em 31 de dezembro de 2025, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico. g) **Ajustes decorrentes da implementação das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23:** Os ajustes decorrentes da implementação das referidas regulamentações estão descritos de forma detalhada na nota 24.

17. Transações com partes relacionadas: a) **Operações com partes relacionadas**

	dez/25	Ativos/(Passivos)	Receitas/(Despesas)
Disponibilidades	1.346	1.346	—
Intesa Sanpaolo SPA - Itália	—	1.346	—
Rendas a receber	155	155	2.023
Intesa Sanpaolo SPA - EUA	106	106	307
Intesa Sanpaolo SPA - Itália	29	29	869
Intesa Sanpaolo SPA - Alemanha	20	20	118
Intesa Sanpaolo SPA - Espanha	—	—	729
Depósitos	(5.166)	(5.166)	(351)
Intesa Sanpaolo Serviços e Empreendimentos Ltda.	(5.166)	(5.166)	(351)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.614.785)	(2.614.785)	(138.105)
Intesa Sanpaolo SPA - Itália	(2.189.991)	(2.189.991)	(99.882)
Intesa Sanpaolo SPA - Alemanha	—	—	(26.064)
Intesa Sanpaolo SPA - EUA	(424.794)	(424.794)	(12.159)
Outras Obrigações	(641)	(641)	(1.955)
Intesa Sanpaolo SPA - Itália	(641)	(641)	(1.955)

b) **Remuneração do pessoal-chave da administração:** Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$10.696. c) **Outras informações:** Em atendimento a legislação vigente, o Banco não concede empréstimo ou adiantamento para:
• Diretores e membros dos conselhos, inclusive aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
• Pessoas jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%, quaisquer diretores ou administradores bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

18. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação do imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 segue abaixo:

	dez/25
Imposto de Renda	Contribuição Social
173.443	173.443
(66.057)	(66.057)
562	23
(1.964)	(1.964)
105.984	105.445
25%	20%
(26.496)	(21.089)
(24.434)	(19.438)
(2.062)	(1.651)

	2º semestre/25	2025
Salário	7.693	14.394
Honorários dos administradores	5.429	10.696
Previdência social	1.770	3.807
Benefícios	1.943	3.913
Fundo de garantia por tempo de serviço	503	1.158
Treinamentos	25	50
Total	17.363	34.018

b) **Despesas administrativas:**

	2º semestre/25	2025
Sistemas de processamentos de dados	4.525	8.897
Serviços técnicos especializados	1.397	2.701
Depreciação e amortização	936	1.911
Serviços do sistema financeiro	776	1.515
Aluguel e condomínio	255	551
Manutenção e conservação de bens	249	424
Comunicações	217	398
Viagens	105	170
Transportes	23	48
Outras despesas administrativas	248	531
Total	8.731	17.146

c) **Despesas tributárias:**

	2º semestre/25	2025
Municipais	506	910
Federais	5.846	11.204
Total	6.352	12.114

d) **Resultado não recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve resultado classificado como não recorrente.
20. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: a) **Ativos contingentes:** Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2025. b) **Passivos contingentes e obrigações legais:** São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os passivos contingentes do Banco estão classificados do seguinte modo:
Providêl: Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía processo trabalhista classificado como perda provável no valor R\$387. Os honorários advocatícios estão provisionados no montante de R\$50.
Possível: Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía processo fiscal classificados como perda possível, no valor R\$2.008. O processo fiscal refere-se à autuação feita pela prefeitura de São Paulo quanto a incidência de ISS sobre a comissão nas operações de repasse para o período de 2016 a 2021. O Banco não possui quaisquer outros processos classificados como possíveis ou prováveis registrados em 31 de dezembro de 2025.
Remoto: O Banco possuía, em 31 de dezembro de 2025, um processo de natureza fiscal, no montante de R\$15.423, classificado como perda remota, referente a dedutibilidade de prejuízo fiscal sobre a base de recolhimento do Imposto de Renda dos anos de 2015 e de 2016 e diferença de alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do ano de 2015. Os honorários advocatícios estão provisionados no montante de R\$300.
21. Gerenciamento de riscos: o gerenciamento de riscos é efetuado com base nas regulamentações vigentes e em políticas internas por equipe independente das áreas de negócios do Banco, que monitora os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Todos esses riscos são gerenciados pelo Departamento de Gerenciamento de Risco e Capital (DGRC). Maiores detalhes estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco em <http://www.intesasanpaolobrasil.com.br/informacoes-societarias-e-regulatorias>. Estes riscos não fazem parte dessas demonstrações financeiras e podem ser assim resumidos: a) **Risco de crédito:** O risco de crédito se dá pela possibilidade

	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de	

de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações e pela desvalorização de instrumento financeiro. É gerenciado diariamente pelo DGRC seguindo os limites aprovados pelo Comitê de Risco e que são revisados, no mínimo, anualmente.
b) **Risco de mercado:** O risco de mercado, associado com as perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices, é gerenciado diariamente pelo DGRC.
c) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez está relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos e de indicadores como o LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) e o NSFR (*Net Stable Funding Ratio*).
d) **Risco operacional:** Definido pela Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, de 23 de fevereiro de 2017, como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira, o Risco Operacional é gerenciado pelo DGRC utilizando a abordagem de autoavaliação.
e) **Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC):** Conforme Resolução 4.557, o risco social se refere à possibilidade de perdas decorrentes de eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum. O risco ambiental é a possibilidade de perdas decorrentes de danos ao meio ambiente. O risco climático pode ser definido dividendo-se em risco de transição e físico. O risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a transição para uma economia de baixo carbono e o risco climático físico é a possibilidade de perdas ocasionadas por eventos relacionados a condições climáticas frequentes e severas, ou a alterações ambientais de longo prazo. O DGRC monitora os riscos RSAC.
f) **Risco de Juros na Carteira de Não Negociação (Banking Book):** Definido como a exposição da condição financeira a variações adversas nas taxas de juros referentes aos ativos e passivos, dentro e fora do balanço. Para o controle do risco de juros, o DGRC utiliza PV, que é a sensibilidade da carteira para mudanças da taxa de juros, calculado como a mudança no valor de mercado da carteira devido a movimentação paralela de 50bps e 100bps na curva de rendimentos (yield curve).
Análise de Sensibilidade: O Banco possui exposições apenas em carteira banking, distribuídas em fatores de risco taxa de juros e cupom cambial. Para a análise de sensibilidade, são realizadas simulações de choques em cada fator de risco de mercado, conforme os seguintes cenários: 1. UP 50: Choque positivo de 50 basis points (bps); 2. UP 100: Choque positivo de 100 basis points (bps); 3. DW 50: Choque negativo de 50 basis points (bps); 4. DW 100: Choque negativo de 100 basis points (bps); 5. Cen I: Maior variação positiva em um dia durante a crise de 2008 em bps; 6. Cen II: Maior variação negativa em um dia durante a crise de 2008 em bps; 7. Cen III: A maior variação positiva em um ano por bucket, independente do dia. A junção dessas variações gerou este cenário em bps; 8. Cen IV: A maior variação negativa em um ano por bucket, independente do dia. A junção dessas variações gerou este cenário em bps. A tabela abaixo apresenta a sensibilidade da carteira banking dado os diferentes cenários:

	dez/25								
Fatores de Risco	MtM	UP 50	UP 100	DW 50	DW100	Cen. I	Cen. II	Cen. III	Cen. IV
Taxa de Juros	1.349.060	(1.780)	(3.312)	1.553	3.211	(3.920)	2.263	(4.215)	2.331
Cupom Cambial	146.436	(489)	(979)	487	972	4.219	(2.618)	5.171	(2.791)

Gerenciamento de capital: O Gerenciamento de capital compreende:
• Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição face aos limites mínimos de capital;
• Plano de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, considerando os objetivos estratégicos nos próximos três anos; e
• Testes de estresse e avaliação dos seus impactos sobre o capital. A estrutura de gerenciamento de capital auxilia a Administração quanto à gestão do Banco por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar os riscos incorridos pelo Banco, utilizando simulações de cenários que levam em conta as mudanças nas condições de mercado e as estratégias de negócio. As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital são revisadas no mínimo anualmente pela Administração.
Limites operacionais: *Índice de Basileia:* Os índices apurados de acordo com as regras vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a seguir:

	dez/25
Patrimônio de referência nível I	1.223.985
Capital principal	1.223.985
Patrimônio de referência (nível I e II)	1.223.985
Parcela de risco de crédito	2.582.117
Parcela de risco de mercado	219.452
Parcela de risco operacional	332.129
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	3.133.698
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	250.696
Margem sobre o PR requerido	973.289
Índice de capital principal	39,06%
Índice nível I	39,06%
Índice de Basileia	39,06%
IRRBB	68,686
Adicional de Conservação de Capital Principal (ACP)	78,342
Margem sobre o PR requerido considerando IRRBB e ACP	826.261
Índice de imobilização	0,38%

Demais limites operacionais: o Banco mantém monitoramento e controles compatíveis com a natureza e complexidade de suas operações e está em conformidade com os limites operacionais em vigor.
22. Garantias financeiras prestadas e outras coobrigações:

	dez/25	
	Garantias	Provisões
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	225.229	(52)
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	129.921	(278)
Aval ou Fiança em processos judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	8.996	(1)
Outras Garantias Bancárias	1.243.668	(4.204)
Total Garantias Financeiras Prestadas	1.607.814	(4.535)